

Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Pará

Fundamentação legal e normativa

A **Constituição Federal, de 05/10/1988**, estabelece que é dever do Poder Público defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações (art. 225).

Nessa óptica, o legislador brasileiro tem-se dedicado à sensibilização dos órgãos da Administração Pública, conferindo-lhes direitos e deveres no que diz respeito ao consumo consciente dos recursos disponíveis:

Quadro 1

Legislação relativa à gestão socioambiental na Administração Pública

Legislação	Objeto
Lei 8.666/1993	Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudança de Clima, com estímulo à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo e adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Decreto 7.746/2012	Promove o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.
Lei 13.186/2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Decreto 8.540/2015	Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisições de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos.

Fonte: Plano de Logística Sustentável do STJ

Atento a tais exigências, o Conselho Nacional de Justiça editou as **Recomendações CNJ 11/2007 e 27/2009**, incluindo práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais, e a **Resolução CNJ 201/2015**, estabelecendo a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental e instituindo o **Plano de Logística Sustentável – PLS** em todos os órgãos do Poder Judiciário.

Sendo assim, o Tribunal editou a **Resolução TRF1 Presi 4/2016** (Anexo I), que dispõe sobre o **Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1 Região – PLS-TRF1**, composto pelo PLS do próprio Tribunal e pelos 14 PLS de suas Seções Judiciárias.

Em consequência e em cumprimento às determinações referidas, a Seção Judiciária do Pará lançou a Portaria SJ DIREF 62/2016 que instituiu a Comissão Gestora do PLS na Seccional e Subseções vinculadas com o propósito de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o seu Plano de Logística Sustentável.

Abrangência e período de validade

O Plano de Logística Sustentável – PLS da Justiça Federal da Seção Judiciária do Pará é composto pelo PLS da Seccional, com sede em Belém/PA e das Subseções vinculadas, conforme dispõe o §1º do art. 1º da Resolução Presi 4/2016 (Anexo I), sob a responsabilidade compartilhada de todos os magistrados, servidores e colaboradores.

Conforme autorizado pela Resolução CNJ 201/2015 (§ 1º do art. 13), o PLS-TRF1 foi subdividido pela Resolução Presi 4/2016 (art. 3º) em três partes, cada uma com um período de validade distinto:

- **Parte I – Referencial estratégico**, a ser atualizado a cada novo ciclo do Planejamento Estratégico. Tendo em vista que o atual ciclo compreende os anos de 2015 a 2020, esse é o período de validade da Parte I do PLS-JFPA;
- **Parte II – Inventário**, a ser atualizado anualmente. A Seção Judiciária do Pará realiza, anualmente, no mês de dezembro, o seu inventário, ocasião em que atualizará a relação de bens constantes do PLS-JFPA. Assim, a vigência da Parte II será até dezembro/2016;
- **Parte III – Plano de Ação Socioambiental**, a ser atualizado a cada 2 anos, o que significa que a Parte III do PLS-JFPA tem validade até dezembro/2017.

Parte I – Referencial estratégico socioambiental 2015-2020

Alinhamento do PLS-JFPA ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região

O Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2015-2020, detalhado na Resolução Presi 29/2014, é composto por (art. 1º):

- Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal;
- Mapa Estratégico da Justiça Federal;
- Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região.

Em todos esses componentes houve a preocupação com a gestão socioambiental, promovendo ações que estimulam a reflexão e a mudança de paradigmas, contemplando, especialmente:

- a mudança nos padrões de compra e consumo da Seção Judiciária do Pará;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- a promoção das contratações sustentáveis;
- a gestão sustentável de documentos;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão socioambiental;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No primeiro componente, **Plano Estratégico da Justiça Federal**, são apresentados os Macrodesafios do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Federal, entre eles dois que recomendam práticas sustentáveis, uso de tecnologia limpa e redução do desperdício:

Quadro 2
Macrodesafios relacionados à gestão socioambiental

Macrodesafio	Descrição
Garantia dos direitos de cidadania	Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos , de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

No mesmo sentido, incluem-se entre as **Metas Específicas da Justiça Federal** importantes desafios que intencionam a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho:

Quadro 3
Metas relacionadas à gestão socioambiental

Metas para o biênio 2015-2016
Manter o absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%
Atingir 100% de adesão aos Exames Periódicos de Saúde até 2020

O **Mapa Estratégico da Justiça Federal**, por sua vez, relaciona os valores que devem nortear as ações de todos os magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal em suas práticas diárias e também o cenário que se pretende alcançar com a execução de sua estratégia num futuro próximo:

Quadro 4
Valores e cenário relacionados à gestão socioambiental

Valores	Cenário desejado
Ética	Justiça mais acessível
Respeito à cidadania e ao ser humano	Justiça tempestiva
Responsabilidade ambiental	Maior racionalização do sistema judicial
Transparência	Melhoria da qualidade do gasto público
Qualidade	Disseminação da Justiça Eletrônica
Inovação	Outros

Já no Plano de Ação 2015-2016 do Tribunal, que integra a **Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região** e relaciona as iniciativas propostas pelas unidades organizacionais para o desdobramento de sua estratégia, incluem-se as seguintes iniciativas (programas, projetos e ações):

Quadro 5
Iniciativas estratégicas relacionadas à gestão socioambiental

Iniciativas	Necessidade a ser atendida	Prazo
Programa de Sustentabilidade da JFPA	Implantar na Seção Judiciária do Pará unidade organizacional com atribuições exclusivas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e econômica, assim como o respectivo Plano de Logística Sustentável, conforme determinação normativa do CNJ (Res.201/2015)	dez/2016
Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde	Aumentar a adesão de magistrados e servidores ao Exame Periódico de Saúde, promovendo a saúde e a qualidade de vida no trabalho	dez/2020
Mapeamento da distribuição de servidores, cargos e funções nas unidades da Seção Judiciária	Realocar a força de trabalho nas unidades mais adequadas, redistribuir tarefas, promover a eficiência e a qualidade de vida no trabalho	dez/2016
Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho	Realizar intervenções em uma unidade piloto para fomentar possíveis mediações e soluções sob o aspecto da qualidade de vida no trabalho	dez/2016

O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Pará objetiva a consolidação e cumprimento das metas que encerrem todos esses desafios, valores e iniciativas de forma estruturada, passando a integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região em sua totalidade, nos termos do art. 10 da Resolução CNJ 201/2015.

Objetivos estratégicos, indicadores e metas

Tendo em vista que o Plano de Logística Sustentável vincula-se ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, a este acrescentam-se os objetivos estratégicos, indicadores e metas que integram o presente PLS-JFPA, relacionados na Parte III – Plano de Ação Socioambiental.

Responsabilidades

À Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Pará, instituída pela Portaria Presi 62/2016 (Anexo II), foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-JFPA:

Quadro 6
Composição da Comissão Gestora do PLS-JFPA

SERVIDOR	FUNÇÃO COMISSIONADA	ENCARGO NA COMISSÃO
ELBER DE ALMEIDA SIQUEIRA	DIRETOR DO NUCRE	PRESIDENTE DA COMISSÃO
ODIVAL QUARESMA FILHO	DIRETOR DA SECAD	VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO
IRACEMA DA COSTA ARAÚJO	SUPERVISORA DA SECAM	SECRETÁRIO
TÂNIA LUNA MAIA SERRUYA JAUFRET	DIRETORA DA NUCAD	MEMBRO EFETIVO
ANA CLARA MONTEIRO MARINHO	SUPERVISORA DA SESUD/DIREF	MEMBRO EFETIVO
EDVAN GUILHERME SOUZA DE BARROS	SUPERVISOR DA SEMAD	MEMBRO EFETIVO
GLEYSOM CARDOSO BRANDÃO	Assist. Adj. I da SESUD/SECAD	MEMBRO EFETIVO
IZABEL CRISTINA DE MELO AMORIM	SUPERVISORA DA SELIT	MEMBRO EFETIVO
ROSELENE MARTINS DE MELO	SUPERVISORA DA SEDER	MEMBRO EFETIVO

A Comissão Gestora contará com o apoio de todos os gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação Socioambiental (Parte III do PLS-JFPA), especialmente na execução das ações ou projetos ali inseridos, na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Cabe lembrar que, como o PLS-JFPA passou a integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, por força do art. 1º da Resolução CNJ 201/2015, e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 29/2014, art. 2º).

Metodologia de implementação

O PLS-JFPA foi elaborado de forma participativa, com o envolvimento de muitas unidades da Secciona. Membros da Comissão Gestora do PLS contarão com o apoio dos gestores e de servidores das áreas técnicas responsáveis pelas ações e projetos inseridos no Plano de Ação Socioambiental (Parte III).

A sua **implementação** seguirá a mesma linha colaborativa do processo de elaboração e se dará pelo desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e projetos com cronograma e responsáveis definidos.

Para isso, foram criados pela Portaria SJ Diref 74/2016 (art. 1º) três grupos executivos com a atribuição de **executar**, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação Socioambiental, quais sejam:

- Grupo Executivo de Uso Eficiente de Insumos e Materiais, Gestão dos Resíduos e dos Deslocamentos e Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras (água e esgoto, energia, combustíveis, obras e serviços de engenharia);
- Grupo Executivo de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos; Compras, Aquisições e Contratações Sustentáveis (bens permanentes, bens de consumo, descartáveis, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, de manutenções prediais, de apoio administrativo): (impressão, equipamentos, redes de comunicação telefônica e de dados, internet, manutenções técnicas e serviços de processamento de dados);
- Grupo Executivo de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação (saúde ocupacional, assistência à saúde, comunicação e divulgação institucional, formação e capacitação de pessoas).

Os grupos executivos, compostos por dirigentes das áreas responsáveis pelas respectivas atividades na Seção Judiciária, terão o suporte técnico do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental – Seramb, vinculada à Secretaria Administrativa, que apoiará as atividades de planejamento, **implementação**, monitoramento e avaliação (art. 2º), e, ainda, da Comissão Gestora do PLS-JFPA, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho do Tribunal (art. 5º), em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis (§ 1º do art. 5º).

Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS- JFPA será realizado de forma compartilhada pelos grupos executivos (Res. 4/2014, art. 6º), pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e pela Comissão Gestora (art. 4º), por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho do Tribunal diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico (Parte I) deste plano;
- da ampliação da quantidade de bens adquiridos com critérios de sustentabilidade integrantes do Inventário (Parte II);
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação Socioambiental (Parte III).

A Seção Judiciária do Pará pretende utilizar como ferramenta para a coleta de dados relativos aos indicadores o sistema eletrônico que será disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do § 2º do art. 23 da Resolução CNJ 201/2015.

Com relação à alimentação dos dados, caberá:

- aos gestores das áreas responsáveis pelas práticas sustentáveis alimentar o sistema cedido pelo CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um;
- à SERAMB lançar os dados relativos às metas socioambientais no Sistema de Informações Gerenciais do TRF 1ª Região;
- à SELIT lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário do Tribunal;

- aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações relatar o andamento de cada iniciativa do Plano de Ação Socioambiental.

O acompanhamento contínuo dos dados permitirá aos grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para que os resultados esperados sejam alcançados em todos os temas de atuação (insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no trabalho, contratações sustentáveis, deslocamentos de pessoas, bens e materiais e capacitação contínua da força de trabalho).

Avaliação do PLS-JFPA

A partir dos dados informados nos itens monitorados pelo TRF 1ª Região, proceder-se-á à avaliação do desempenho da Seção Judiciária diante dos resultados alcançados:

- com os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- na ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- na execução das ações e projetos socioambientais.

A avaliação deve ser contínua, à medida que os dados são lançados nos respectivos sistemas ou informados pelos gestores, em todas as instâncias de atuação dos atores da gestão socioambiental: grupos executivos, Comissão Gestora – CGPLS-JFPA e Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental – Seramb, vinculada à Secretaria Administrativa.

O Relatório Anual de Desempenho da Seção Judiciária, contendo a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano seguinte, deve ser preparado pela Seamb, com o apoio irrestrito dos Diretores de Núcleo e da Comissão Gestora, até o dia 10 de dezembro de cada ano. A Seção Judiciária encaminhará ao TRF-1ª Região para posterior envio ao CNJ o Relatório Anual Consolidado da Seção Judiciária do Pará.

Parte II – Inventário sustentável 2015

Bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade no ano de 2015:

A Seção Judiciária do Pará, conectada com o estatuído no Planejamento Estratégico 2015-2020, bem como com as diretrizes contidas nas **Recomendações CNJ 11/2007 e 27/2009**, bem como a **Resolução CNJ 201/2015**, já vem adotando a prática de aquisição de bens de consumo e materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade ambiental, como listados, exemplificativamente, abaixo:

Quadro 7

AQUISIÇÃO DE TODO O ESTOQUE DE PAPEL A4, EM PAPEL RECICLADO, 297 MM, 210 MM, PARA A SECCIONAL E TODAS AS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS.
AQUISIÇÃO DE TONNER ORIGINAL PARA TODAS AS IMPRESSORAS DA SECCIONAL E SUBSEÇÕES VINCULADAS
COMPRA DE TODO O MOBILIÁRIO ADQUIRIDO EM 2015, EM CONGLOMERADO DE MADEIRA TIPO MDF

Parte III - Plano de Ação Socioambiental 2016/2017

Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços

Quadro 8

Plano de Ação para o Tema 1 – Insumos e materiais

Objetivo estratégico: Promover o uso eficiente de insumos e materiais (papel, descartáveis e impressões)

Tema 1	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
--------	-----------------	---------------------	------------------------	-------	-------------	-------------	------

Tema 1	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
Subtema 1.1 – Papel	1	Semap	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel, caso verificado que o consumo pode ser reduzido na unidade avaliada. 	Jul./2016	Semap	<p>1. Consumo de papel branco Fórmula: Quantidade (resmas) de papel branco utilizada Apuração: Mensal e anual</p> <p>2. Gasto com aquisição de papel branco Fórmula: Gasto – valor (R\$) – com a compra de papel branco Apuração: Mensal e anual</p> <p>3. Consumo de papel reciclado Fórmula: Quantidade (resmas) de papel reciclado utilizada Apuração: Mensal e anual</p> <p>4. Gasto com aquisição de papel reciclado Fórmula: Gasto – valor (R\$) – com a compra de papel reciclado Apuração: Mensal e anual</p> <p>5. Consumo total de papel branco e reciclado Fórmula: Quantidade total de resmas de papel branco e reciclado utilizadas Apuração: Mensal e anual</p>	1. Reduzir o consumo de papel em 1% ao ano até 2020
	2	Semap CGPLS- JFPA	<ul style="list-style-type: none"> Providenciar a logística de devolução ao almoxarifado das resmas de papel, papel timbrado e envelopes que estejam estocados devido a excessos nos pedidos; Avaliar a possibilidade de receber outros itens. 	Dez./2016	Semap		
	3	Semap	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a diminuição da quantidade de itens por tipo de produto no almoxarifado, buscando manter um estoque mínimo viável. 	Jul./2016	Semap		
	4	Semap Secad CGPLS- JFPA	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar os dados de consumo de papel das unidades; Apresentar, periodicamente, os dados para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo do TRF1. 	Jul./2016	Semap		
	5	Semap Seinf	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar à Secin o aperfeiçoamento do Sistema de modo a possibilitar a mensuração dos indicadores da gestão socioambiental 	Abr./2016	Semap		
	6	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a viabilidade técnico-econômica para substituição das folhas de papel por rolos. 	Jul./2016	Seseg		
	7	Seder	<ul style="list-style-type: none"> Buscar a utilização de formulários virtuais, evitando, assim, a digitalização de documentos; Focar na utilização de formulários virtuais visando a diminuição de impressão de documentos. 	Jul./2016	Seder		

Tema 1	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta	
	8	Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do TRF1	Nucju Seinf	<ul style="list-style-type: none"> Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do 1º grau de jurisdição para as classes: mandado de segurança individual e coletivo cível; ação monitória. 	Dez./2017	Nucju		
Subtema 1.2 – Descartáveis e água mineral engarrafada	9	Avaliação da viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis 200 ml e 50 ml por modelos oxibiodegradáveis	Semap	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a inserção de critérios de sustentabilidade para aquisição de copos descartáveis oxibiodegradáveis; Pesquisar novas tecnologias disponibilizadas no mercado; Efetuar comparativo custo/benefício e respectivo impacto financeiro em relação à situação atual. 	Jul./2016	Semap	<p>6. Consumo de copos de 200 ml descartáveis Fórmula: Quantidade (centos) de copos 200 ml/total corpo funcional + força de trabalho auxiliar Apuração: Semestral e anual</p> <p>7. Gasto com aquisição de copos de 200 ml Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de copos de 200 ml Apuração: Semestral e anual</p> <p>8. Consumo de copos de 50 ml descartáveis Fórmula: Quantidade (centos) de copos de 50 ml/total corpo funcional + força de trabalho auxiliar Apuração: Semestral e anual</p> <p>9. Gasto com aquisição de copos de 50 ml Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de copos 50 ml Apuração: Semestral e anual</p>	2. Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% ao ano até 2020
	10	Redução do fornecimento de copos descartáveis	Semap	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar os dados de consumo de copos 200ml das unidades; Apresentar, periodicamente, os dados para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo do Tribunal; Realizar pedidos de copos descartáveis 200 ml e 50 ml pelo sistema de pedido de material, mediante necessidade; Estimar quantidade de copos descartáveis de acordo com número de colaboradores; Implantar a substituição por copos/xícaras de vidro/porcelana. 	Jul./2016	Semap	<p>10. Gasto total com aquisição de copos descartáveis Fórmula: Gasto(R\$) com a compra de copos descartáveis (200ml + 50ml) Apuração: Semestral e anual</p> <p>11. Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro) Fórmula: Quantidade (unidades) de garrafas descartáveis consumidas Apuração: Semestral e anual</p> <p>12. Consumo de garrações de água de 20 litros Fórmula: Consumo de garrações de água de 20 litros Apuração: Semestral e anual</p> <p>13. Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o</p>	3. Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020

Tema 1	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta	
						<p>volume em ml ou litro) Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de garrafinhas plásticas (com e sem gás) Apuração: Semestral e anual</p> <p>14. Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de garrafões 20 litros Apuração: Semestral e anual</p>		
Subtema 1.3 – Impressões e equipamentos	11	Adequação na configuração padrão das impressoras/copiadoras, objetivando o uso racional dos equipamentos	Seinf	<ul style="list-style-type: none"> Programar vistoria geral no parque de impressoras/copiadoras do Tribunal e realizar as seguintes configurações: 1. Impressão em frente e verso; 2. Adoção da fonte Spranq Eco Sans como ecofonte padrão; 3. Adoção do modo de economia de energia. 	Jul./2016	Seinf	<p>15. Impressões de documentos totais Fórmula: Quantidade total de impressões/corpo funcional + força de trabalho auxiliar Apuração: Semestral e anual</p> <p>16. Equipamentos instalados Fórmula: Quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho Apuração: Semestral e anual</p> <p>17. Performance dos equipamentos instalados (índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão) Fórmula: Quantidade de impressões/ equipamentos instalados por unidade de trabalho Apuração: Semestral</p>	4. Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% ao ano até 2020
	12	Aperfeiçoamento do sistema SICAM para eliminação de impressão	Semap Seinf	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento da necessidade da criação de sistema digital de confirmação de recebimento ou devolução de bens. <p>Sugestões de alteração no sistema SICAM com vistas a diminuir a impressão de vias desnecessárias.</p>	Jul./2016	Seinf	<p>18. Gasto com aquisições de suprimentos Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de suprimentos Apuração: Anual</p> <p>19. Gasto com aquisição de impressoras Fórmula: Gasto (R\$) com a compra de equipamentos de impressão Apuração: Anual</p> <p>20. Gasto com contratos de outsourcing de impressão (equipamento + manutenção + impressão por folha + suprimento) Fórmula: Gasto (R\$) com o posto de impressão Apuração: Anual</p>	

Quadro 9

Plano de Ação para os Temas 2 – Energia elétrica; 3 – Água e esgoto e 4 – Gestão de resíduos

Objetivo estratégico: Gerir de forma eficiente energia, água e resíduos

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta	
Tema 2 – Energia elétrica	1	Otimização do uso dos elevadores	Sevit	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da redução da demanda e do consumo, por meio do desligamento dos equipamentos durante finais de semana e feriados, bem como da diminuição do número de equipamentos em funcionamento fora do horário de maior pico, o que já vem sendo implantado pela Seção Judiciária. 	Dez./2016	Sevit	21. Consumo de energia elétrica Fórmula: Quantidade de Kwh consumidos Apuração: Mensal e anual	5. Reduzir o consumo de energia elétrica em Kwh em 0,5% ao ano até 2020
	2	Redução da quantidade de lâmpadas	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir quantidade de lâmpadas nas áreas comuns; Estabelecer padrão mínimo de iluminação por m²; Estudar viabilidade de substituição de calhas. 	Dez./2016	Seseg	22. Consumo de energia elétrica por área construída Fórmula: Quantidade de Kwh consumidos/total da área construída Apuração: Mensal e anual	
	4	Revisão de acionamento de lâmpadas	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e implementar, quando possível, a individualização de interruptores, agrupando linearmente luminárias paralelas às janelas para acionamento conforme distância da luminária à iluminação natural. 	Dez./2016	Seseg	23. Gasto com energia elétrica Fórmula: Valor (R\$) da fatura Apuração: Mensal e anual 24. Gasto com energia elétrica Fórmula: Valor (R\$) da fatura/total da área construída Apuração: Mensal e anual	
	5	Instalação de sensores de presença	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Verificar a possibilidade de instalação de sensores de presença para acionamento de iluminação de áreas de ocupação eventual (circulação, banheiros etc.) 	Dez./2016	Seseg	25. Adequação do contrato de demanda (fora de ponta) Fórmula: Demanda registrada fora de ponta/demanda contratada fora de ponta (%) Apuração: Mensal	
	6	Redução de funcionamento do sistema de climatização	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e implementar, quando possível, a redução do horário de funcionamento do sistema de climatização, vinculando à temperatura externa, durante o expediente; Desligar o sistema de ar condicionado após o expediente oficial da Seção Judiciária durante finais de semana e feriados. 	Dez./2016	Seseg	26. Adequação do contrato de demanda (ponta) Fórmula: Demanda registrada ponta/Demanda contratada ponta (5) Apuração: Mensal	

Tema	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
	7	Orientação de terceirizados de limpeza e copa	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Orientar trabalhadores das copas e da limpeza para o uso consciente da água e uso correto de materiais. 	Dez./2016	Seseg		
	8	Monitoramento dos dados de consumo	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar detalhadamente o sistema de monitoramento do consumo de água para identificar, de forma tempestiva, a ocorrência de vazamentos em instalações hidráulicas. 	Dez./2016	Seseg		
Tema 4 – Gestão de resíduos	9	Coleta e descarte de lâmpadas usadas	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Promover o descarte ambientalmente correto de lâmpadas usadas e inservíveis. 	Dez./2016	Seseg	31. Destinação de papel para reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de papel destinado à reciclagem Apuração: Mensal e semestral 32. Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de suprimentos de impressão destinados à reciclagem Apuração: Mensal e semestral	7. Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% ao ano até 2020
	10	Coleta e descarte de papel	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Destinar resíduo de papel a cooperativas de catadores de resíduos previamente cadastradas. 	Ação contínua	Seseg	33. Destinação de plástico para reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de plástico destinado à reciclagem Apuração: Mensal e semestral 34. Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação Fórmula: Quantidade (unidades) de lâmpadas encaminhadas para descontaminação Apuração: Mensal e semestral	

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta	
	11	Logística reversa de óleo, baterias, pneu e peças de veículos em geral.	Selit/ Sevit	<ul style="list-style-type: none"> Incluir nos novos contratos de manutenção de veículos cláusula de responsabilização da parte fornecedora quanto ao destino dos resíduos de óleo provenientes dos bens adquiridos . Incluir nos novos contratos de aquisição de veículos cláusula de garantia de troca quando houver necessidade de troca de bateria. Incluir nos novos contratos de aquisição de pneus cláusula de obrigatoriedade de retirada das carcaças de pneus quando houver necessidade de troca do produto. Incluir nos novos contratos de aquisição de peças de veículos cláusula de obrigatoriedade de retirada das peças usadas quando houver necessidade de troca do produto. 	Dez./2016	Selit/ Sevit	<p>35. Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação Fórmula: Quantidade (kg) de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação Apuração: Mensal e semestral</p> <p>36. Destinação de madeiras para reaproveitamento Fórmula: Quantidade (kg) de madeira destinada à reciclagem Apuração: Mensal e semestral</p> <p>37. Destinação de vidros para reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de vidros destinados à reciclagem Apuração: Mensal e semestral</p> <p>38. Destinação de metais para a reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de metais destinados à reciclagem Apuração: Mensal e semestral</p> <p>39. Destinação de resíduos de saúde para descontaminação Fórmula: Quantidade (kg) de resíduos de saúde destinados à descontaminação Apuração: Mensal e semestral</p> <p>40. Destinação de resíduos de obras à reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de resíduos de obras destinados à reciclagem Apuração: Anual</p> <p>41. Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à reciclagem Fórmula: Quantidade (kg) de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) destinados à reciclagem Apuração: Anual</p>	

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
						42. Total de material reciclável destinado às cooperativas Fórmula: Quantidade (kg) de resíduos recicláveis destinados às cooperativas Apuração: Mensal e semestral	

Quadro 10
Plano de Ação para o Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo estratégico: Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho							
Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
Tema 5 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	1	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> Promover avaliação no local de trabalho, verificando mobiliário e equipamentos, fornecendo orientações aos usuários; Identificar, por unidade, o mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições. 	Ação contínua	Sebes	43. Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho Fórmula: (Quantidade de servidores que participaram de ações de qualidade de vida/total de servidores da instituição) x 100 Apuração: Anual	8. Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% ao ano até 2020
	2		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a adoção de critérios de ergonomia para aquisição de mobiliário. 	Ação contínua	Sebes	44. Participação de servidores em ações solidárias (ex: inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias) Fórmula: (Quantidade de servidores que participaram de ações solidárias/total de servidores da instituição) x 100 Apuração: Anual	
	3		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer, em parceria com o Seder, ações que contem com o apoio de profissionais de saúde envolvidos com os EPS para sensibilizar o corpo funcional quanto à necessidade de participar das ações do EPS, ergonômicas, entre outras. 	Dez./2016	Seder Sebes	45. Ações de inclusão para servidores com deficiência Fórmula: Quantidade de ações de inclusão Apuração: Anual	
	4		<ul style="list-style-type: none"> Divulgar a Cartilha de Ergonomia do TRF1. 	Jul./2016	Secos		

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
	5	Atendimento de saúde	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar serviço continuado de atendimento médico e odontológico. 	Ação contínua	Sebes	
	6	Campanhas de Promoção da Saúde	Sebes Secos	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular ações com foco na promoção da saúde. As campanhas são desenvolvidas ao longo do ano e destinadas a todos os servidores e magistrados, a exemplo de: Programa Parar de Fumar é Possível; Programa Doe Sangue, Doe Vida. 	Ação contínua	Secos	
	7	Promoção de ações de Saúde	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar anualmente a Semana do Coração (com verificação das pressões arterial e ocular, circunferência abdominal, exame de glicemia capilar e cálculo do Índice de Massa Corporal - IMC). 	Ação contínua	Sebes	
	8	Estímulo à realização dos Exames periódicos	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. 	Ação contínua	Sebes	
	9	Programa Saúde Bucal em Foco	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade aos atendimentos da área de odontologia - Programa Saúde Bucal em Foco (Pro-dentinho e Pro-sorriso), que objetivam acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e seus dependentes e detectar precocemente o surgimento de doenças. 	Ação contínua	Sebes	

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta	
	10	Promoção da Feira orgânica	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a conscientização ambiental e a adoção de hábitos saudáveis pelo corpo funcional; • Realizar, periodicamente, em espaço a ser designado pela SECAD, a feira orgânica. 	Dez./2016	Sebes		
	12	Orientação quanto à qualidade do ar climatizado	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar, em parceria com a Seseq, a medição da qualidade do ar; • Providenciar a limpeza dos filtros de ar condicionado; • Orientar quanto à temperatura ideal no ambiente de trabalho. 	Ação contínua	Sebes		
	13	Estímulo a atividades físicas e socialização	Sebes Sesud/Diref	<ul style="list-style-type: none"> • Promover aulas de ioga, ginástica, danças, clube de corrida e caminhada a manutenção do Madrigal Vitória Régia. • Fomentar a prática de atividade desportiva com o uso da bicicleta. 	Ação contínua	Sebes		
	14	Manutenção do programa de vacinação contra a gripe	Sebes	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a campanha de vacinação contra a gripe (H1N1), realizada uma vez ao ano. 	Ação contínua	Sebes		

Quadro 11
Plano de Ação para os Temas 6 – Contratações sustentáveis
e 7 – Deslocamentos de pessoal, bens e materiais

Objetivo estratégico: Promover contratações e deslocamentos sustentáveis								
Tema 6	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
Subtema 6.1 – Telefonia	1	Acompanhamento de contratos	Secam	<ul style="list-style-type: none"> Reavaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos. 	Jul./2016	Secam	46. Gasto médio do contrato de telefonia fixa Fórmula: Valor (R\$) da fatura/quantidade de linhas Apuração: Mensal e anual	9. Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% ao ano até 2020
	2	Estímulo ao uso de e-mail	Secam Seinf Secos	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o uso do correio eletrônico em substituição às ligações interurbanas; 	Jul./2016	Secam	47. Gasto médio do contrato de telefonia móvel Fórmula: Valor (R\$) da fatura/quantidade de linhas Apuração: Mensal e anual 48. Gasto total do contrato de telefonia fixa Fórmula: Valor (R\$) da fatura de telefonia fixa Apuração: Mensal e anual 49. Gasto total do contrato de telefonia móvel Fórmula: Valor (R\$) da fatura de telefonia móvel Apuração: Mensal e anual	
Subtema 6.2 – Vigilância	3	Avaliação do CFTV (circuito interno de televisão)	Sevit/ Semad	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a substituição ou otimização dos aparelhos de CFTV. 	Dez./2016	Sevit/Semad	50. Valor inicial do posto Fórmula: Valor total anual do contrato/quantidade de postos Apuração: Anual 51. Valor atual do posto Fórmula: Valor total anual de repactuação/valor total anual de assinatura do contrato Apuração: Anual	10. Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações
Subtema 6.3 – Limpeza	4	Revisão dos contratos de terceirização	Secad Selit Nucad	<ul style="list-style-type: none"> Revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza da Seccional e Subseções vinculadas. 	Dez./2016	Secad Selit Nucad	52. Gasto de limpeza pela área construída Fórmula: Valor (R\$) anual do contrato/área construída Apuração: Anual	11. Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020,

Tema 6	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
	5	Capacitação de fiscais de contrato	Nucol Cedap	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar fiscais dos contratos, com vistas a maior eficiência na avaliação e monitoramento das condições contratuais. 	Dez./2016	Cedap Nucol	53. Grau de repactuação Fórmula: Valor total anual de repactuação/valor total anual da assinatura do contrato Apuração: Anual 54. Gasto com material de limpeza Fórmula: Gasto (R\$) com aquisição de material de limpeza Apuração: Anual	desconsideradas as repactuações
	6	Avaliação do consumo ideal de insumos para limpeza	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar procedimentos e uso de materiais para criação de perfil de consumo ideal, de acordo com as características das unidades como tamanho (área), número de servidores, público externo ou interno; Reavaliar os materiais utilizados para os procedimentos de limpeza e conservação, com o objetivo de reduzir e melhorar a qualidade e eficiência dos produtos utilizados. 	Dez./2016	Seseg		
	7	Aquisição de produtos biodegradáveis	Seseg Selit	<ul style="list-style-type: none"> Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza para os novos contratos. 	Dez./2016	Seseg Selit		
Subtema 6.4 – Layout	8	Otimização de <i>layout</i> nas reformas no âmbito da Seccional e Subseções vinculadas	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Definir padrões de <i>layout</i> para melhor utilização do espaço, da iluminação e dos móveis ambientes, buscando adequar benefícios ambientais e econômicos nas reformas. 	Ação contínua	Seseg	55. Valor gasto com reformas nas unidades Fórmula: Gasto (R\$) com reformas nas unidades no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior Apuração: Anual	12. Reduzir o valor gasto com reformas em 10% ao ano até 2020
	9	Otimização da manutenção predial preventiva	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Incluir diretrizes de sustentabilidade, à medida do possível, nas rotinas de manutenção predial preventiva, objetivando adequar benefícios ambientais e econômicos nas reformas. 	Ação contínua	Seseg		
	10	Estudo de viabilidade de geração de energia solar para a sede da Seccional e Subseções vinculadas	Seseg	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudo técnico-econômico de viabilidade para instalação de uma planta de energia solar. 	2016	Seseg		
Tema 7	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
	11	Equacionamento da utilização de veículos para uso em serviço.	Sevit	<ul style="list-style-type: none"> Buscar reunir os pedidos de veículos em serviço em demandas únicas, desde que o horário e a rota o permitam. 	Jul./2016	Sevit		

Tema 6	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
Subtema 7.2 – Veículos	12	Otimização da manutenção preventiva	Sevit	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e melhorar rotinas de manutenção preventiva nos veículos oficiais. 	Dez./2016	Sevit	59. Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais Fórmula: Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais/total de servidores Apuração: Anual 60. Veículos para transporte de magistrados Fórmula: Quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados /total de magistrados Apuração: Anual 61. Gasto com manutenção dos veículos da frota Fórmula: Valor (R\$) da fatura do total de contratos de manutenção/ quantidade de veículos Apuração: Anual	14. Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020
	13	Otimização da lavagem de veículos	Sevit	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a viabilidade de adoção de lavagem ecológica dos veículos, compreendendo, inclusive, a ampliação dos intervalos entre as lavagens. 	Jul./2016	Sevit		
	14	Compra de veículo com selo A em relação à emissão de poluentes	Sevit Selit	<ul style="list-style-type: none"> Observar, em cumprimento às normas legais de aquisição de veículos oficiais, a inclusão no Edital de compra que o veículo a ser adquirido seja classificado como selo A para emissão de poluentes. 	Dez./2016	Sevit Selit		

Ações de divulgação, sensibilização e capacitação

Quadro 13

Plano de Ação para o Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua

Objetivo estratégico: Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental								
Tema	Ações propostas		Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua	1	Capacitação/qualificação da CGPLS-TRF1	Seder	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar os membros da CGPLS-JFPA por meio de estudos, rodas de conversa, benchmarking etc., a fim de nivelar os conhecimentos relacionados à gestão socioambiental e demais conceitos correlatos. 	Jul./2016	Seder	62. Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar Fórmula: Quantidade de ações de sensibilização e capacitação Apuração: Anual	15. Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020
	2	Inserção de vídeos educativos e de sensibilização nas ações educacionais virtuais	Seder Secos	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações direcionadas aos participantes inscritos em cursos virtuais, a partir da exibição de vídeos de curta duração com informações e mensagens motivacionais relativas ao PLS. 	Dez./2016	Seder Secos		
	3	Oficina de elaboração de plano de ação	Seder	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar os responsáveis pela confecção do plano de ação com iniciativas socioambientais, por meio de oficinas práticas e motivacionais, com carga horária de 3 horas, objetivando incentivar as unidades a elaborarem seus planos em atenção à nova realidade de gestão pública. 	Jul./2016	Seder		
	4	Exibição de filmes de sensibilização antes das ações educacionais presenciais	Seder Secos	<ul style="list-style-type: none"> Confeccionar e exibir filmes de curta duração antes do início dos eventos presenciais de capacitação. 	Dez./2016	Seder Secos		
	5	Elaboração de campanha para disciplinar a força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental	Secos	<ul style="list-style-type: none"> Criar campanha de divulgação da gestão socioambiental e do PLS-JFPA, contemplando as ações: <ol style="list-style-type: none"> substituir copos descartáveis por retornáveis; imprimir somente o necessário, em frente e verso; utilizar o verso de documentos para rascunho; uso racional de energia elétrica (computadores, iluminação, impressoras, elevadores, ar condicionado etc.); uso racional da água (torneiras e descargas sanitárias); dicas para se atingir as metas estabelecidas no PLS-TRF1; dicas sobre como colocar os planos de ação em prática. 	Jul./2016	Secps		

Tema	Ações propostas	Unidades envolvidas	Detalhamento das ações	Prazo	Responsável	Indicadores	Meta
6	Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-Jfpa	Secos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar periodicamente os dados de consumo e os resultados das metas para os gestores das unidades do Tribunal; • Manter espaço de comunicação constante na intranet, murais e <i>e-mail</i> informando o consumo e o cumprimento das metas. 	Jul./2016	Seramb		

Anexos

Anexo I – Resolução Presi 4 de 15 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região

Anexo II – Portaria Diref 74 de 26 de fevereiro de 2016, que cria os grupos executivos com vistas à execução, proposição de atualizações e monitoramento dos planos de ação do PLS-JFPA:

Anexo III – Portaria Diref 75 de 26 de fevereiro de 2016, que aprova o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Pará.